



AGENDA LEGISLATIVA

6 A 10 DE JULHO DE 2026

CONGRESSO NACIONAL

Segunda-feira (06/07)

CCS - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 14h00

Reunião de Trabalho - **Temas:** Item 1 – Parecer sobre o [Projeto de Lei nº 2331, de 2022](#) (Condecine em streaming e plataformas digitais); Item 2 – Parecer sobre o [Projeto de Lei nº 4.675, de 2025](#) (Regulação econômica em mercados digitais); e Item 5 – Proposta de audiência pública para agosto sobre os impactos na comunicação social do [Projeto de lei nº 2.338/2023](#) (Marco Legal da Inteligência Artificial).

Quarta-feira (08/07)

CMCVM - COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 14h30

Audiência Pública - **Tema:** Debater o projeto de lei que tipifica o crime de misoginia.

Convidados:

- Márcia Helena Carvalho Lopes, ministra das Mulheres;
- Sheila de Carvalho, secretária nacional de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP);
- Sandrali de Campos Bueno, vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM);
- Lola Aronovich, professora da UFC e pesquisadora;
- Soraia da Rosa Mendes, advogada criminalista;
- Vera Lúcia Santana Araújo, ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e
- Benedito Medrado Dantas, professor do Departamento de Psicologia da UFPE.

CMO - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO / Anexo II, Plenário 02, 14h30

Audiência Pública - **Tema:** Avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre 2026, pelo Secretário do Tesouro Nacional, Daniel Cardoso Leal.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Segunda-feira (06/07)

PLP 108/2021 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE PERMITE O ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) DE PESSOA COM RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A R\$ 130.000,00, BEM COMO PARA PERMITIR QUE O MEI CONTRATE ATÉ 2 EMPREGADOS / Auditório da FECOMÉRCIO/SP (Av. Rebouças, 3377 - Pinheiros - São Paulo-SP), 10h00

Seminário - **Tema:** Novo enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e atualização do Simples Nacional

Convidados:

- Deputada Federal Any Ortiz (PP/RS), presidente da Comissão Especial;

- Deputada Federal Adriana Ventura (NOVO/SP), coordenadora do Seminário;
- Deputado Federal Jorge Goetten (REP/SC), relator da Comissão Especial;
- Ivo Dall'acqua Junior, presidente da FecomercioSP;
- Marcos Cintra, professor e economista;
- Márcio Olivo da Costa, vice-presidente da FecomercioSP e presidente do Conselho de Assuntos Tributários (CAT);
- Antônio Carlos, presidente do SESCON-SP;
- Daniela Archanjo, diretora executiva da ABLOS; e
- Guilherme Afif Domingos, conselheiro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Terça-feira (07/07)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 16h00

Audiência Pública - Tema: Regulamentação do acesso, responsabilidade das plataformas digitais e o papel da sociedade.
Convidados:

- Ana Úngari Dal Fabbro, coordenadora-geral de Educação Digital, Inovação e Conectividade do Ministério da Educação (MEC);
- Renato Oliveira, coordenador-geral de Acompanhamento Regulatório de Telecomunicações do Ministério das Comunicações (MCom);
- Representante do Ministério Público Federal (MPF);
- Filomena Camilo do Vale, médica Pediatra;
- Rodrigo Nejm, co-líder do Eixo Digital do Instituto Alana;
- Roberta Jacarandá, diretora de Relações Institucionais do Conselho Digital;
- Flávia Lefèvre, advogada especialista em direitos digitais;
- Delegada Sheila, deputada estadual de Minas Gerais;
- Felipe Bressanim Pereira (Felca), comunicador digital;
- Guilherme Schelb, procurador da República, especialista em Segurança Pública, Infância e Educação;
- Diana Almeida, procuradora-geral do Distrito Federal.

Quarta-feira (08/07)

PLP 108/2021 - COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO QUE PERMITE O ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) DE PESSOA COM RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A R\$ 130.000,00, BEM COMO PARA PERMITIR QUE O MEI CONTRATE ATÉ 2 EMPREGADOS"/ Centro de Convenções de Feira de Santana - R. Tupinambás, São João, Feira de Santana-BA, 09h00

Seminário - Tema: Debate sobre o novo enquadramento do Microempreendedor Individual (MEI) e a atualização do Simples Nacional

Convidados:

- Jorge Goetten (REP/SC), deputado federal e relator do PLP nº 108/2021 da Comissão Especial;
- Jorge Khoury, diretor do Sebrae-BA;
- José César da Costa, representante da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL);
- Karoline Lima, representante da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL);
- Paulo Cavalcanti, presidente da Federação Comercial e Empresarial da Bahia (FACEB);
- Juscelino Brito, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Feira de Santana-BA;
- Antônio Tadeu Soares Cedraz, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Feira de Santana-BA;
- Renato Machado, conselheiro da ABRINT;
- Agenor Cerqueira e Freitas Neto, diretor de Assuntos Sindicais e do Trabalho das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON);
- Ricardo Chaves Alves, vice-presidente da Associação Baiana dos Representantes Comerciais do Estado da Bahia (ABERC);
- Antoine Youssef Tawil, vice-presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia (FCDL-BA);
- Pedro Luiz Failla, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia (FCDL-BA); e
- Alberto da Rocha Nunes, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Salvador

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 10h00

PL 3796/2024 - Institui o Programa Nacional de Educação Empreendedora e Inovadora e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Item nº 6

Explicação: Promove a cultura empreendedora e de inovação entre os jovens, mediante atividades educacionais complementares no ensino público em todo o território nacional.

Autor: Tadeu Oliveira (PL/CE)

Relator: Professor Alcides (PSDB/GO)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

PL 7074/2025 - Institui o Programa Nacional de Formação Profissional Especializada e Acessível em Empreendedorismo para Jovens com Deficiência, estabelece a obrigatoriedade de oferta de currículos adaptados e formação técnica acessível em empreendedorismo digital e presencial, e dá outras providências. Item nº 13

Autor: Amom Mandel (REPUBLICANOS/AM)

Relator: Duda Ramos (MDB/RR)

Parecer: Pela aprovação, com substitutivo.

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / Anexo II, Plenário 04, 10h00

PL 4644/2019 - Dispõe sobre as restrições para a obtenção de recursos junto a instituições financeiras constituídas na forma de sociedade de economia mista ou de empresa pública. Item nº 9

Explicação: estabelece, entre outros pontos, que a empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, quando contratar operações de crédito junto a instituições financeiras constituídas na forma de sociedade de economia mista ou de empresa pública, ou que sejam suas subsidiárias, deverá observar as seguintes restrições: enquanto não liquidada completamente a dívida: a remuneração, incluindo os bônus, dos diretores, executivos, gerentes e demais empregados, individualmente, não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; e fica suspensa a distribuição de lucros sob qualquer forma, incluindo dividendos.

Autor: Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP)

Relator: Marcos Tavares (PDT/RJ)

Parecer: Pela aprovação.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 10h00

PL 2902/2021 - Dispõe sobre o acesso e a utilização de direção bióptica (bioptic driving) no Brasil, alterando o inciso XV do art. 12 do Código de Trânsito Brasileiro e dá outras providências. Item nº 14

Explicação: determina que ao candidato com deficiência visual é assegurada a utilização de tecnologias assistivas que otimizem a sua acuidade visual em todas as etapas do processo de habilitação. Além disso, garante a normatização do processo de formação do candidato à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação, estabelecendo seu conteúdo didático-pedagógico, carga horária, avaliações, exames, execução e fiscalização, garantindo o acesso de tecnologia assistiva disponível aos deficientes físicos.

Autor: Kim Katagiri (UNIÃO/SP)

Relator: Alfredo Gaspar (UNIÃO/AL)

Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes (CVT).

CESPO - COMISSÃO DO ESPORTE / Anexo II, Plenário 04, 13h00

Reunião Deliberativa - Tema: 9ª Votação de indicações de beneficiários para emendas da comissão à LOA 2026

REQ 37/2026 - Requer a inclusão de convidada na audiência pública objeto do Requerimento nº 35/2026, da Comissão do Esporte, destinada a debater o tema de apostas esportivas e dos jogos online. Item nº 1

Convidada:

▪ Letícia Ferraz, diretora-executiva do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias (LabSul).

Autor: Bandeira de Mello (PV/RJ)

CCULT - COMISSÃO DE CULTURA / Anexo II, Plenário 10, 13h29

Reunião Deliberativa - Tema: Votação de indicações de beneficiários para emendas da comissão à LOA

CESPO - COMISSÃO DO ESPORTE / Anexo II, Plenário 04, 14h00

Audiência Pública - Tema: Impactos das Bets: Debater os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da expansão das apostas esportivas e jogos de azar online (BETS), bem como discutir medidas de prevenção à ludopatia, mecanismos de proteção aos consumidores e eventuais restrições à publicidade do setor

Convidados:

- Giovanni Rocco Neto, secretário da Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte do Ministério do Esporte (SNAEDE);
- Fabio Macorin, secretário-adjunto de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (MF);
- Bruno Omori, presidente do Instituto de Desenvolvimento, Turismo, Cultura, Esporte e Meio Ambiente (IDT-CEMA);
- Kelly Marinho Noronha, pesquisadora acadêmica especializada nos impactos socioeconômicos das apostas esportivas;
- Leonardo Carriço, psiquiatra especialista em dependência comportamental e ludopatia, membro da equipe do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP;
- Letícia Ferraz, diretora-executiva do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias (LabSul).
- Representante do Ministério da Saúde (MS);
- Fabiano de Moraes, procurador da República, coordenador da Comissão de Saúde da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão, da Procuradoria-Geral da República (PGR) do Ministério Público Federal (MPF);
- Sergio Pompilio, presidente do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR); e
- Carlos Lima, presidente do Instituto Brasileiro do Jogo Responsável.

CEXBRLEG - COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A DISCUTIR OS ATOS DE PIRATARIA E A AGENDA DO CHAMADO “BRASIL LEGAL” / Anexo II, Plenário 15, 15h30

REQ 29/2026 -Requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, com o objetivo de retomar o debate sobre os impactos da pirataria no mercado de apostas online. Item nº 1

Convidados:

- Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP).
- Representante do Ministério Público Federal (MPF);
- Dennis Cali, Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (DICOR) da Polícia Federal;
- Giovanni Rocco, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e Desenvolvimento Econômico do Esporte (SNAEDE) do Ministério do Esporte (MESP);
- Daniele Correa Cardoso, Secretária de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda (MF);
- Carlos Lima, Presidente-Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR);
- Plínio Lemos Jorge, Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL);
- Letícia Ferraz, Diretora-Executiva do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias (Labsul);
- Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado (ILM); e
- Vital do Rêgo Filho, Ministro e Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

Autor: Julio Lopes (PP/RJ)

Quinta-feira (09/07)**CDE - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / Campus Sede da Universidade Federal de Santa Maria, 13h30**

Seminário - Tema: Novo Enquadramento do Microempreendedor Individual

Convidados:

- David Pintor, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Mato Grosso (FCDL/MT);
- Ildomar Marangoni, presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (SESCON/MT);
- Jonas Alves de Souza, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas no Mato Grosso (SEBRAE/MT);
- Jonas Alves de Souza, presidente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Mato Grosso (FACMAT);
- Sebastião dos Reis Gonçalves, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (FECOMÉRCIO/MT);
- Sílvia Mara Cavalcante, presidente do CONSELHO Regional de Contabilidade de Mato Grosso (CRC/MT); e
- Vilmondes Tomain, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO)

SENADO FEDERAL**PLEN – PLENÁRIO** / Plenário do Senado Federal**Terça-feira (07/07)**, 14h00

PL 3066/2025 -Institui medidas de enfrentamento e repressão ao crime de violência sexual contra criança ou adolescente, inclusive no ambiente digital e com uso de inteligência artificial; e altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 12.850, de 2 de agosto de 2013, para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais. Item nº 3

Autor: Osmar Terra

Relator: Fabiano Contarato (PT/ES)

Parecer: Pendente**Quarta-feira (08/07)**, 14h00

PL 6423/2025 -Dispõe sobre aspectos gerais da Inteligência no Estado brasileiro, e altera a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Item nº 2

Autor: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Relator: Nelsinho Trad (PSD/MS)

Parecer: Pendente.**Segunda-feira (06/07)**

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 10h00

Audiência Pública - Tema: "Ciclo de debates sobre direitos humanos das crianças, adolescentes e jovens".

Convidados:

- Katy Braun do Prado, presidente da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ);
- Gustavo Henrique da Silva Camargos, presidente da Associação dos(as) Conselheiros(as) Tutelares do Distrito Federal (ACT-DF);
- Maurício Cunha, presidente da *ChildFund* Brasil (Fundo para Crianças), doutor em Políticas Públicas;
- Renato Godoy, gerente de Relações Governamentais do Instituto Alana;
- Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (SNDCA);
- Dom Frei Severino Clasen, OFM, presidente do Conselho Diretor da Pastoral da Criança;
- Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); e
- Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Terça-feira (07/07)

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PL 2374/2019 -Dá nova redação os dispositivos da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990 que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências. Item nº 1

Autor: Romário (PL/RJ)

Relator: Izalci (PL/DF)

Parecer: Pela aprovação, nos termos do substitutivo.

CDH & CAS – COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA; E DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 14h30

Audiência Pública Conjunta - Tema: Debater sobre: "Os impactos sociais, econômicos e de saúde pública decorrentes da crescente expansão das apostas esportivas on-line ("bets") no Brasil".

Convidados:

- Antônio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP);
- Cláudio Felisoni, presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (IBEVAR/FIA);

- Luciana Telles da Cunha, coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- Representante da Unidade de Auditoria Especializada em Saúde do Tribunal de Contas da União (TCU);
- Fernanda Fernandes, presidente da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP);
- Rubens Harry Born, presidente do Conselho Diretor do Instituto de Defesa de Consumidores (IDEC);
- José Roberto Tadros, presidente do Conselho de Administração da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC);
- Renata Verissi, representante do Instituto Locomotiva; e
- Robinson Sakiyama Barreirinhas, secretário especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Quarta-feira (08/07)

CDH - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA / Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, 11h00

PL 3543/2025 -Altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e 13.812, de 16 de março de 2019, para estabelecer a obrigatoriedade de alerta imediato em caso de desaparecimento de criança, de adolescente, de pessoa idosa e de pessoa com deficiência, denominado Alerta Pri. Item nº 8

Autor: Delegado Francischini

Relator: Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Parecer: Pela aprovação.